

Plano de Monitoramento Territorial da Terra Indígena Mamoadate

Financiado por



União Europeia



Parceiros





Índice

- 07 Antecedentes
- 12 Diagnóstico
- 25 Estratégia de monitoramento
- 35 Conclusões e recomendações

Realização

Comissão Pró-Índio do Acre
(CPI -Acre)

Revisão

Karen Podvin
Braulio Buendía

Design editorial

Thiago Oliveira Basso

Avisos Importantes

Este documento foi viabilizado com a ajuda financeira da União Europeia. Os conteúdos deste documento não representam necessariamente a opinião da União Europeia e podem ser usados por qualquer pessoa, contanto que seja reconhecida a autoria do UICN (Amazônia 2.0). Isto não representa uma licença para realizar uma releitura ou revenda de qualquer informação relatada neste relatório. Desenho do plano de formação para os monitores da Amazônia 2.0 no Brasil e o plano de monitoramento para a Terra Indígena Mamoadate.

© 2020 UICN. Todos os direitos reservados.

Lista de acrônimos e abreviaturas

AAFIs – Agentes Agroflorestais Indígenas

CDB – Convenção Sobre Diversidade Biológica

CITES – Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Silvestres

CPI/Acre – Comissão Pró Índio do Acre

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMbio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

MPF – Ministério Público Federal

PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental

PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

PF – Polícia Federal

Resex – Reserva Extrativista

SEMA-AC – Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Acre

TI – Terra Indígena

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza

cultura (2000), tendo a formação de indígenas como atuação principal e lideranças indígenas como protagonistas de processos de construção participativa.

A CPI-Acre consolidou o conceito de autoria, todo baseado na participação, protagonismo e autonomia dos povos de modo que consulta e pactuação foram princípios sempre respeitados. Com base nisso, a instituição inspirou modelos para decisões de governos com os povos indígenas no Acre e no Brasil.

Em 1997, a organização criou oficialmente a primeira escola de formação de indígenas – Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), conforme Portaria da SEE/AC Nº 2322/97. O Centro é registrado na Coordenadoria de Registro e Inspeção Escolar (CORINES) como a primeira Escola de Professores Indígenas do Estado (e do Brasil).

O CFPF tem dois currículos de formação aprovados oficialmente:

- Proposta Curricular Bilíngue Intercultural para a Formação de Professores Indígenas do Acre, conforme Resolução do Conselho de Educação Estadual (CEE) nº 05/98.
- Proposta Político-Pedagógica e Curricular de Formação Profissional e

Técnica dos Agentes Agroflorestais Indígenas (ensino médio), conforme Parecer CEE nº 101/2009 e Resolução nº 236/2009.

A aprovação do currículo de Agentes Agroflorestais Indígenas é iniciativa (AAFI) é pioneira no Brasil indígena, como experiência de formação técnico-profissional em gestão territorial, sob a responsabilidade e a autoria de uma ONG.

Outro importante trabalho da CPI-Acre é a formação e assistência técnica aos AAFIs, realizado e coordenado pelo Programa de Gestão Territorial e Ambiental da instituição. O AAFI é um profissional que exerce importante função junto às suas comunidades no trabalho de conscientização de seus respectivos grupos a respeito das condicionantes socioambientais da atualidade. Atuam na implementação de diversos programas socioambientais relacionados à outras áreas como educação, cultura, saúde e produção sustentável, esta última destinada à diversificação das fontes alimentares e das alternativas econômicas disponíveis. São ainda atores importantes na condução de discussões e na implementação de práticas de manejo, uso e conservação da biodiversidade nas TIs e entorno (Gavazzi, 2018).



Antecedentes

A região fronteiriça Brasil e Peru é uma área rica em diversidade biológica e cultural. Nos dois lados da fronteira internacional, no trecho que coincide com o estado do Acre, há hoje um mosaico contínuo de pouco mais de 10 milhões de hectares formado por terras indígenas, unidades de conservação e terras reservadas para a proteção de uma das maiores populações de índios isolados da Amazônia. Ambos os países contam com marcos normativos para a conservação e/ou proteção de seus recursos renováveis e sua biodiversidade, sendo signatários de convênios internacionais tais como: o Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB), a Convenção sobre Mudanças Climáticas e a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Silvestres (CITES), entre outros.

Na região fronteiriça do Acre, iniciativas inovadoras têm sido desenvolvidas por indígenas e extrativistas e suas organizações de representação para o reconhecimento oficial e a vigilância de seus territórios coletivos e para o uso sustentável e a conservação dos recursos de suas florestas. O Projeto Amazônia 2.0 (A2.0), por meio da presente sistematização, busca fortalecer as iniciativas locais existentes de vigilância e monitoramento.

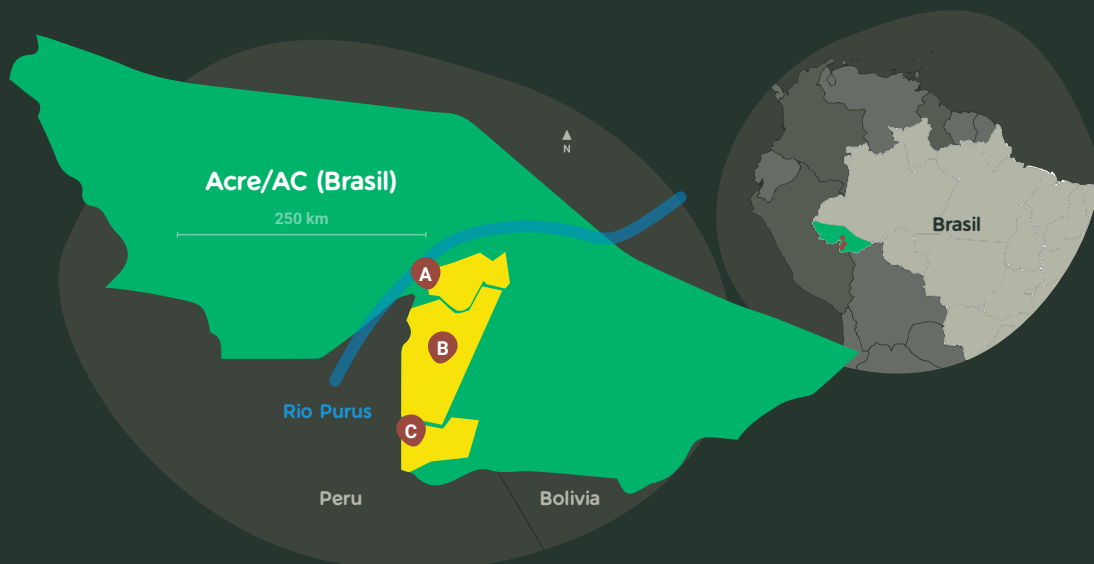
O projeto tem como objetivo contribuir para a redução do desmatamento de florestas tropicais em seis países: Guiana, Suriname, Colômbia, Brasil, Equador e Peru.

Para enfrentar essas ameaças, as capacidades de organizações indígenas e camponesas de seis territórios da bacia amazônica estão sendo fortalecidas através do monitoramento de base comunitária e da articulação de uma plataforma social e tecnológica que apoia a disseminação e tratamento de informações sobre ameaças às florestas e as ações tomadas para mitigá-las. Da mesma forma, o projeto espera contar com o apoio de uma rede de parceiros para promover uma agenda de incidência em políticas públicas em nível regional, com base nos modelos de gestão territorial gerados.

No Brasil, a iniciativa A2.0 é implementada pela Associação UICN Brasil, no Estado do Acre, em três territórios: Terras Indígenas (TI) Mamoadate e Alto Rio Purus, além do Parque Estadual (PE) Chandless, territórios que formam um mosaico de áreas protegidas onde vivem quatro grupos indígenas (Kaxinawa, Madija, Manxineru e Jaminawa) e habitantes das margens do rio (ribeirinhos).

Os três territórios constituem uma área contínua de maciço florestal com mais de 1 milhão de hectares, o que representa 7,8% do estado do Acre, e o desmatamento acumulado representa 0,28% das áreas. Embora exista um bom grau de conservação nessas áreas, estando na linha de fronteira com o Peru, elas estão sujeitas a ameaças como tráfico de florestas e vida selvagem, tráfico de drogas, invasões, entre outras.

Figura 1: Localização das áreas de implementação do Projeto Amazônia 2.0 no Brasil



Como parte do andamento do projeto, um Plano Orientador para o Monitoramento, que busca reunir as ferramentas metodológicas utilizadas para as ações de proteção nas TIs e nas Unidades de Conservação (UC) a partir das diversas experiências no estado do Acre foi elaborado e é o ponto de partida deste trabalho, juntamente com outros documentos chave antecedentes do projeto e da experiência acumulada ao longo da larga história da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre) com os povos indígenas no Acre, incluindo os Manxineru e Jaminawa da TI Mamoadate e suas ações de proteção territorial.

A proposta de Plano de Monitoramento da Terra Indígena Mamoadate, aqui apresentada, se desenvolve no âmbito da consultoria “Desenho do plano de formação para os monitores da Amazônia 2.0 no

Brasil e o plano de monitoramento para a Terra Indígena Mamoadate” realizada na esfera do Acordo de Cooperação Técnica entre a Associação UICN e a CPI-Acre a partir da identificação de demandas e necessidades comuns entre as duas instituições.

O Plano de Monitoramento permitirá a integração de metodologias e informações relacionadas às agendas de atividades de monitoramento, a partir de ações já desenvolvidas pelos povos indígenas. Para isso, as experiências da CPI-Acre de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) e cuja experiência técnica e metodológica é fundamental para este projeto, são balizadoras do processo.

As primeiras discussões sobre a proteção territorial de Mamoadate tiveram início na formação de Professores Indígenas

e de realizadas pela CPI-Acre. As ações de monitoramento junto aos povos da TI Mamoadate ganharam força com as primeiras oficinas de etnomapeamento em 2004, com o objetivo de mapear, pesquisar, discutir aspectos relacionados à gestão territorial e ambiental, sendo os próprios indígenas agentes desses processos. No ano de 2009 ocorreram oficinas de sensibilização sobre a presença de Povos Indígenas Isolados e em contato inicial, que promoveram troca de informações sobre a situação dos povos isolados, quando foi possível produzir um Mapa da Presença de Índios Isolados e sistematizar os relatos e vestígios da presença destes na TI Mamoadate.

Em 2015, os povos Manxineru e Jaminawa da TI Mamoadate, iniciaram um planejamento estratégico, no âmbito de seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA)¹, para o monitoramento e vigilância de sua terra, com o apoio da CPI-Acre, Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Acre (SEMA – AC) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Entre as ações realizadas, está a articulação interna entre os AAFIs e demais lideranças de ambos povos para realizarem o monitoramento em locais estratégicos do território.

O monitoramento também contempla o acompanhamento de índios isolados da região, conhecidos como Mashco Piro, e chamados pelos Manxineru e Jaminawa de parentes “desconfiados”.

Entre os anos de 2015 e 2016 ocorreram três Oficinas de Monitoramento e Vigilância da TI Mamoadate, realizadas pela CPI-Acre. Estas oficinas tiveram um caráter formativo para discutir as estratégias de gestão territorial e ambiental, focando na temática “Monitoramento e Vigilância”, necessária no âmbito das discussões e reflexões

para fortalecer as ações Manxineru e Jaminawa, para a proteção de sua terra indígena, nas linhas de formação continuada de professores, AAFIs, entre outras lideranças indígenas, nas quais a CPI-Acre vem trabalhando.

Para as estratégias de “monitoramento e vigilância” também foram abordadas algumas diretrizes da legislação², que orientam a participação indígena nas ações, além das políticas indigenistas³ que respaldam os indígenas para a proteção e gestão dos territórios, e monitoramento dos isolados.

Entre os anos de 2015 e 2016 ocorreram três Oficinas de Monitoramento e Vigilância da TI Mamoadate, realizadas pela CPI-Acre. Estas oficinas tiveram um caráter formativo para discutir as estratégias de gestão territorial e ambiental, focando na temática “Monitoramento e Vigilância”, necessária no âmbito das discussões e reflexões para fortalecer as ações Manxineru e Jaminawa, para a proteção de sua terra indígena, nas linhas de formação continuada de professores, AAFIs, entre outras lideranças indígenas, nas quais a CPI-Acre vem trabalhando.

ALÉM DAS POLÍTICAS INDIGENISTAS QUE RESPALDAM OS INDÍGENAS PARA A PROTEÇÃO E GESTÃO DOS TERRITÓRIOS, E MONITORAMENTO DOS GRUPOS ISOLADOS

¹ PGTA é um instrumento de gestão de terras indígenas, elaborado com a participação indígena considerando os princípios de protagonismo, autonomia e autodeterminação dos povos indígenas quanto aos usos que fazem de seu território. Tem por objetivo registrar os acordos coletivos de uso do território e de seus recursos naturais, bem como as estratégias de proteção e conservação, construindo canais de diálogo com o Estado e com organizações da sociedade civil, criando articulações e arranjos institucionais que contribuam no processo de etnodesenvolvimento, sustentabilidade ambiental e territorial dos povos e Terras Indígenas.

² Constituição Federal de 1988, o Estatuto do Índio (Lei nº 6001/1973), e instrumentos jurídicos internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

³ Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI. Decreto nº 7.747, de 5 de julho de 2012; Portaria nº 320/ PRES – FUNAI/ 27 de março de 2013.

Finalmente, espera-se que o presente documento contribua para o bem-estar dos povos indígenas em seu território, favoreçam a tomada de decisões e impactem as esferas públicas para a conservação da floresta associada aos direitos dos povos indígenas, e finalmente que contribuam para a plataforma regional Amazônia 2.0, uma plataforma mais ampla de monitoramento incluindo outros territórios com distintas características – geográficas, culturais, populacionais.

Este documento organiza-se em 3 seções. A primeira contém os antecedentes, **introdução, objetivos e metodologia**. A segunda parte apresenta o diagnóstico do território, suas principais pressões e ameaças, a contextualização e estratégias do monitoramento em andamento. A terceira parte apresenta as estratégias de monitoramento propostas, o plano em si, com seus alvos, principais ameaças e agenda de monitoramento. A quarta e última seção contém as considerações finais, seguidas das referências e anexos.

Objetivos

Desenhar a Estratégia de Monitoramento Territorial para a TI Mamoodate, no âmbito do Projeto Amazônia 2.0 Brasil. Objetivos específicos:

- Desenhar o Plano de Monitoramento Territorial para a TI Mamoodate, com foco na gestão territorial e de recursos naturais, que inclua processos de participação indígena e responda às principais ameaças e pressões identificadas ao território.

- Desenvolver o documento de descrição da estratégia, incluindo metodologia e protocolos claros para o registro e reação a pressões e ameaças e recomendações técnicas sobre equipamentos necessários para a implementação

Metodologia

A metodologia para o desenvolver o presente Plano de Monitoramento, consistiu em revisar, organizar e sistematizar informações dos diversos processos de formação e elaboração de instrumentos de gestão territorial e ambiental. A partir da análise de relatórios de atividades de oficinas de formação, Plano de Gestão Territorial Ambiental, Etnomapeamento, Planos de Monitoramento e Vigilância da TI Mamoodate, bem como dos produtos iniciais gerados pelo Projeto Amazônia 2.0, foi possível reunir insumos para elaborar essa proposta de Plano de Monitoramento da TI Mamoodate.

O Plano de Monitoramento foi elaborado a partir de perguntas orientadoras, que foram respondidas com base na participação Jaminawa e Manxineru nos processos sistematizados. As perguntas orientadoras foram:

Para compor o Plano de Monitoramento, foi elaborado um mapa de análise territorial e dinâmica social que considera: as diversas ameaças e pressões, priorizadas de acordo com parâmetros como causas e responsáveis e as ações em curso ou a considerar para fazer face a ameaças e



pressões, de acordo com o seu nível de impacto e riscos. A etapa final da elaboração do Plano, consistiu em socializar com a equipe técnica do Projeto Amazônia 2.0

no Brasil e com a coordenação regional do projeto, e incorporar o feedback para a validação final.



© CPI-Acre

Diagnóstico

A TI Mamoadate é onde vivem os Manxineru e Jaminawa, e sazonalmente grupos de índios em isolamento voluntário, conhecidos como Mashco Piro. A TI Mamoadate foi identificada em 1977, demarcada em 1986 e homologada pelo Decreto 254, de 30/10/1991, possui 313.646 hectares. Está localizada no rio Iaco, afluente da margem direita do rio Purus, fazendo parte dos municípios

de Assis Brasil e Sena Madureira. Esse território é ocupado por cerca de 1.016 indígenas Manxineru ou Manchineri, família linguística Arauak, organizados em 12 aldeias, e por 195 Yaminawa ou Jaminawa, família linguística Pano, organizados em 4 aldeias, totalizando uma população aproximada de 1211 indivíduos (Tabela 1).

Tabela 1: População da TI Mamoadate

	Aldeia	Povo	Nº Pessoas	Nº famílias
1	Betel	JAMINAWA	82	24
2	Salão		39	9
3	Cujubim		39	8
4	Boca do Mamoadate		35	5
5	Peri	MANXINERU	119	19
6	Jatobá		124	17
7	Santa Cruz		104	16
8	Laranjeira		82	14
9	São Sebastião		49	8
10	Água Preta		35	5
11	Alves Rodrigues		72	9
12	Senegal		56	6
13	Cumarú		36	7
14	Cachoeira		33	7
15	Lago Novo		105	19
16	Extrema	201	32	
	Total		1211	205

Fonte: CPI-Acre, 2017

As aldeias estão distribuídas na TI ao longo do rio Iaco, sendo as aldeias Manxineru, em ordem de descida do rio do lado esquerdo: Extrema, Lago Novo, Cumarú, Senegal, Alves Rodrigues, Água Preta, Laranjeira, Santa Cruz, Jatobá, Peri, São Sebastião e Cachoeira somente a aldeia Senegal encontra-se no lado direito. Antes da demarcação da TI, muitos anciãos Manxineru, residiam nas áreas onde atualmente é a Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes. Já as aldeias Jaminawa, em menor número, são: Boca do Mamoadate, Cujubim, Salão e Betel, todas estão na margem esquerda do rio, exceto a aldeia Boca do Mamoadate. Os Jaminawa

residentes na TI são uns dos habitantes atuais mais antigos dessa região. Em ambas as margens do rio Iaco existem as chamadas “colônias”, que podem ser entendidas como “moradias”, ou residências (vinculadas ou não) a uma aldeia.

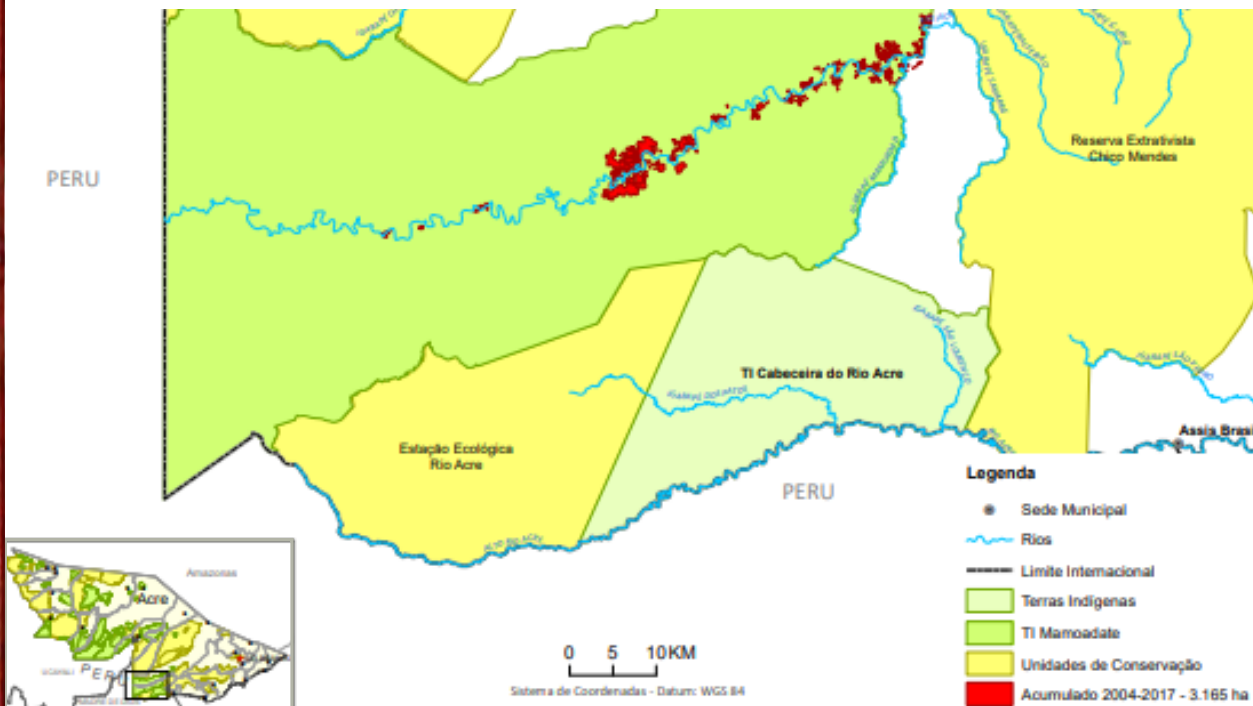
Dados de 2017⁴ apontam que 1% do território é constituído de áreas abertas para manejo da comunidade. O limite oeste é contíguo à fronteira com o Peru, a parte sul limita-se com a Estação Ecológica do Rio Acre e a sudeste está localizada a TI Cabeceira do Rio Acre, ao norte, está situado o Parque Estadual Chandless. Não confrontando com os limites da TI

⁴ Mapeamento e Estimativa da Cobertura Florestal em 18 Terras Indígenas e Unidades de Conservação do Acre (CPI-Acre, 2019).

Mamoadate, mas na sua proximidade, localiza-se a Resex Chico Mendes (figura 01). O acesso se dá pela cidade de Sena Madureira, subindo o rio Iaco, ou pela cidade de Assis Brasil, atravessando o ramal do Icuriã, com uma extensão de aproximadamente 70 km. Por Sena Madureira (130 km de Rio Branco pela BR 364) o trajeto é feito de barco subindo o rio Iaco cerca de quatro dias até a última

aldeia com motor de 13 hp. Por Assis Brasil (300 km de Rio Branco pela BR 317), até a localidade denominada Icuriã em 70 km de estrada de terra, pode-se ir de carro, mula ou a pé e depois o deslocamento é feito de barco pelo rio Iaco, subindo o rio cerca de 9 horas até a aldeia mais longínqua de barco com motor 13 hp em período chuvoso.

Figura 2: Mapa e estimativa da cobertura vegetal da TI Mamoadate



Fonte: CPI-Acre, 2020

A organização interna é formada por caciques, vice-caciques, representantes das mulheres, professores, agentes comunitários de saúde indígena, agentes agroflorestais indígenas, artesãos, parteiras, agricultores, entre outras funções. Nesses últimos anos algumas aldeias Manxineru tem renovado o cacicado a

partir da inserção dos jovens exercendo essa função, como os novos líderes: Mailson, Aldeia Extrema; Railson, Jatobá; Mila novo presidente da associação Mapkha, e morador da aldeia Extrema; Arthur, Peri. Os Jaminawa são representados por seus caciques, José Pedro, aldeia Cujubim; e Wilson, Betel.

Em 2007 as comunidades desta TI elaboraram o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Mamoadate. Em 2016 realizaram a atualização de seu PGTA. Em 2017 elaboraram o Protocolo de Consulta dos Povos Jaminawa e Manxineru da TI Mamoadate. Ao longo dos anos, as comunidades implementaram diversas ações presentes em seu PGTA, incluindo ações voltadas para a proteção territorial.

Pressões e ameaças à TI Mamoadate

Por estar em área de fronteira no estado do Acre, Brasil, com o Departamento de Madre de Dios, no Peru, a TI Mamoadate é palco de dinâmicas transfronteiriças que afetam tanto os povos Jaminawa e Manxineru, como os moradores da região de fronteira. As madeiras ilegais e suas invasões, a presença de narcotraficantes, os empreendimentos petrolíferos na fronteira peruana, além de propostas para obras de infraestrutura viária e abertura de ramais e estradas, são consideradas as principais ameaças.

Segunda consta no PGTA e Planos de Vigilância da TI Mamoadate, com relação às pressões e ameaças ao território, foram mapeadas quatro tipos de invasões quando, considera-se ilícitos no interior da TI, sendo:

1 Aquelas realizadas por traficantes de drogas que costumam descer pelo igarapé Abismo, tendo chegado a estabelecer uma clareira nas imediações desse igarapé; ou pelas

cabeceiras do rio Iaco, do lado peruano, e atravessam todo o rio Iaco, que corta a TI.

2 Invasões eventuais de caçadores e pescadores.

3 Invasões eventuais de pessoas para extrair madeira.

Invasões de pessoas estranhas, chamadas por eles de “marginais”. Há suspeita de serem presidiários fugidos da Penal que acabaram se escondendo dentro da TI. Eles já identificaram três desses fugitivos na TI e essas pessoas têm gerado um clima de tensão, porque mesmo não tendo armas de fogo, carregam armas brancas.

Uma pressão oriunda do entorno são as constantes atividades madeiras de concessionários em lotes próximos à comunidade Bélgica em lado peruano e no limite leste da TI, fazendas que possuem planos de manejo madeireiro e projetos de abertura de ramais para escoamento.

Os indígenas alegam a facilidade da invasão dos limites a partir do aumento de ramais para escoamento da madeira, além do afugentamento de caça pela degradação ambiental e o maquinário pesado e barulhento para a exploração florestal.

A proposta de construção da estrada Iñampari – Puerto Esperanza é também uma ameaça, pois essa estrada vai impactar um lado da terra indígena, facilitando a invasão de madeiros ilegais e traficantes de drogas na fronteira

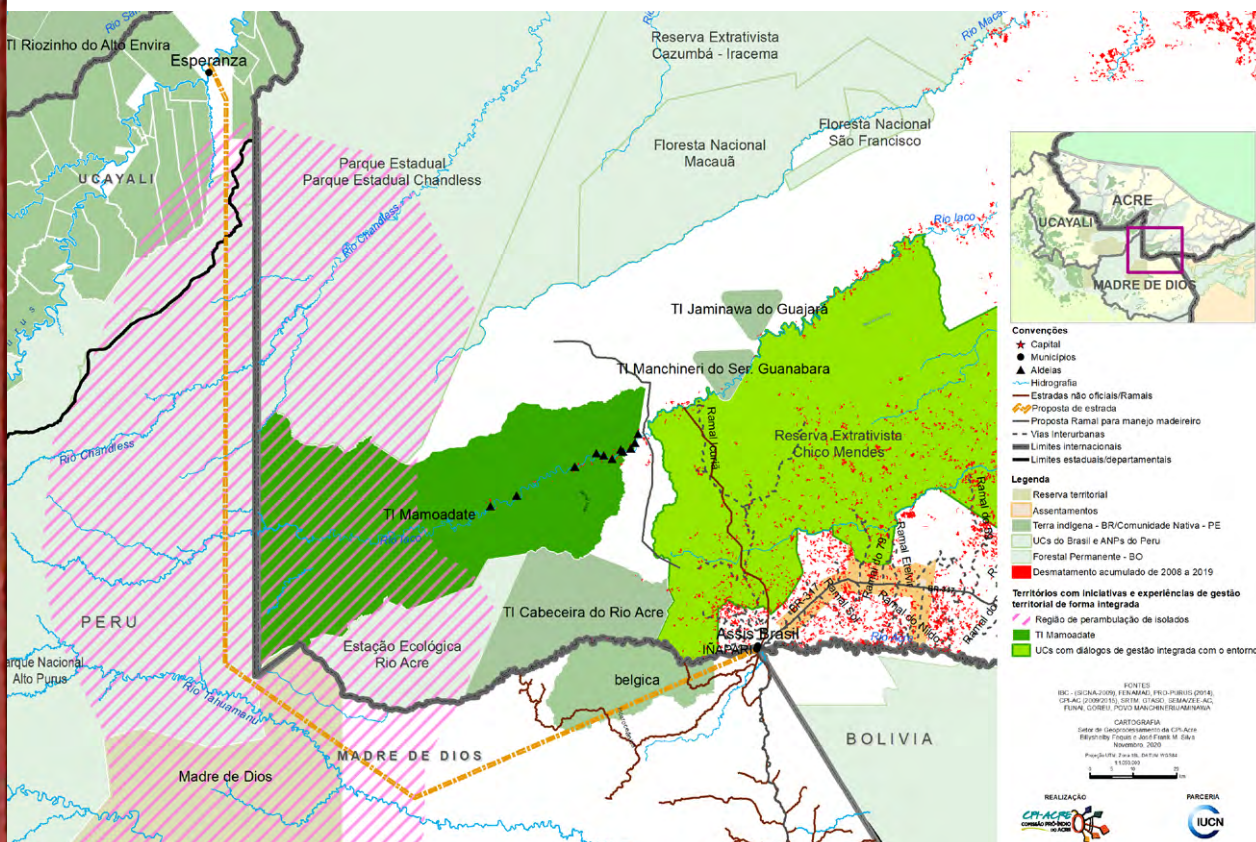
Brasil-Peru, e também vai cortar as cabeceiras do rio Iaco e igarapés que nascem no Peru, contaminando as águas (cf. figura 3).

Os impactos dessa estrada podem afetar também os povos em isolamento voluntário, denominados de Mashco Piro pelos Jaminawa e Manxineru, que frequentam diversos igarapés afluentes do Iaco, nos períodos de formação das praias para uso e coleta de recursos naturais. Os Manxineru inseriram em seu PGTA e etnomapeamento, as áreas acima do igarapé Abismo serão locais de refúgio da vida

silvestre e espaço de segurança para os parentes que vivem na mata.

Ainda no que se refere às questões territoriais e de uso, o PGTA atualizado insere o pedido de revisão de limites da TI Mamoadate incluindo a área entre os igarapés Samarrã e Mamoadate, ocupada tradicionalmente pelos Jaminawa e Manxineru como área de caça, pesca e de coleta de frutas e palhas, a qual foi solicitada com o apoio do Ministério Público Federal do Acre (MPF-AC), para que a FUNAI dê encaminhamentos à solicitação.

Figura 3: Mapa de Dinâmica territorial e desafios para a proteção da TI Mamoadate



O monitoramento realizado na TI Mamoadate

O monitoramento de ameaças é uma atividade desenvolvida pelos Manxineru e Jaminawa, o qual acontece em diferentes momentos, tais como nas reaberturas de picadas nos limites da TI, observações de sinais de invasão (pesca e caça ilegal, retirada de madeira, invasão de áreas para pasto e roçado), acompanhamento dos deslocamentos de índios isolados. Tais atividades contam com apoio de várias tecnologias sociais (aplicativos, imagens de satélites, mapas temáticos entre outros) que permitem melhor qualificação das informações sobre impactos/ pressões na terra indígena e seu entorno, e que possam ser utilizadas em incidências desde a escala comunitária até aos órgãos do poder público.

Professor Zé Paulo Jaminawa, depoimento durante a Oficina de Manejo de fogo, combate e prevenção de incêndios, realizada pela CPI-Acre em parceria com WWF, na Aldeia Extrema, Fevereiro de 2020.

“Monitorar é importante porque tem muita planta queimada, muitos invasores, são as mesmas preocupações com a mesma terra que os parentes estão, o que foi colocado sobre a terra, o que foi falado, todos estamos preocupados. Hoje em dia nós estamos assim preocupados mais com invasão, muitas queimadas. A TI está rodeada de fazendeiros, no dia a dia nós que estamos dentro da nossa terra, nós que fazemos todas as coisas que acontecem dentro da nossa terra né. O problema da Resex Chico

Mendes estar diminuindo, então se nós não cuidar, se nós não preparar, na terra indígena a coisa ia ser pior”.

Além das ameaças, é realizado o monitoramento de índios isolados na TI Mamoadate, desde 2014, quando o Sr. Otávio Manchineri, liderança da Aldeia Extrema, relatou sobre a presença de isolados, identificando vestígio de acampamento de isolados no igarapé Riozinho, afluente da margem esquerda do rio Chandless, ao norte da TI Mamoadate, próximo aos limites internacionais entre Madre de Deus e o Estado do Acre. A equipe da Frente de Proteção Etnoambiental Envira, da FUNAI, realizou uma incursão, no qual o Sr. Otávio fez parte, auxiliando na coleta de informações sobre a presença dos isolados dentro do Parque Estadual Chandless e ao norte da TI Mamoadate.⁵

O monitoramento de tal dinâmica se dá a partir de algumas informações comunicadas pelos Manxineru, especialmente da aldeia Extrema, por sua localização mais próxima dos igarapés por onde os isolados periodicamente passam. Os sinais deixados na TI são rastros, acampamentos de dormida e caçadas, tapiris deixados pelos isolados conhecidos na região de fronteira como Mashco Piro. Nos últimos tempos os sinais de sua presença têm se tornado um pouco mais frequente, rompendo o período da estiagem, no qual costumavam atravessar os divisores de águas, nas cabeceiras dos rios Las Piedras (Peru) e Iaco (Acre), indo em direção às cabeceiras dos rios Chandless onde fica o Parque Estadual Chandless, a procura de caça e recursos da floresta.

⁵ Texto extraído do Relatório da II Oficina de Monitoramento e Vigilância da Terra Indígena Mamoadate.

Foram produzidos mapas sobre a presença de isolados nesta região de fronteira que sistematizam e mostram a dinâmica destes índios isolados, e também são importantes ferramentas para monitorar a situação destes povos ao longo da fronteira, além de permitir o diálogo com o poder público, para tomada de decisões e proteção destes povos e seus territórios.

Com a intenção de modernizar o monitoramento e torná-lo mais atrativo, representantes da TI Mamoadate iniciaram em 2020 um processo, ainda experimental, de monitoramento com uso de *smartphones* e aplicativos de tecnologias abertas (formulários *taskfield*, GPS status e plataforma SMAP), para auxiliar no acompanhamento dos vários tipos de ameaças. Os indígenas passaram por um processo de formação e realizam as atividades de uso dos *smartphones* para o monitoramento em seus territórios com o apoio da equipe técnica na CPI-Acre.

Como o monitoramento é feito

As discussões sobre Proteção Territorial buscam identificar e monitorar as ameaças no território a partir do uso de ferramentas que permitam identificar áreas mais vulneráveis com uso de etnomapas, imagens de satélites, *smartphones* e outros, que possibilitam definir

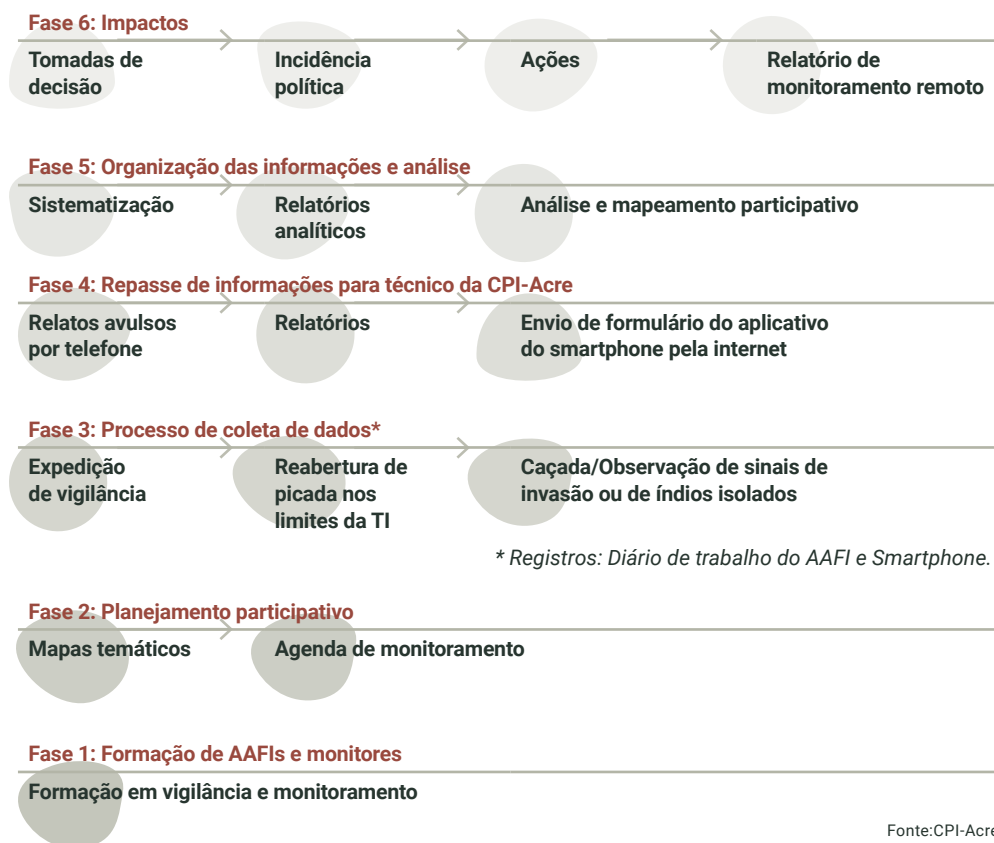
ações estratégicas de enfrentamento. O objetivo central das discussões é propor ações de monitoramento e vigilância de base comunitária, com o apoio de parceiros diversos, como a CPI-Acre e, potencialmente, o projeto Amazônia 2.0. É esperado que essas ações gerem resultados de incidência a ponto de solucionar as ameaças, por meio de tomada de decisão baseada na análise contínua das informações e de uma comunicação ajustada com as instituições parceiras e as responsáveis pela fiscalização e integridade dos territórios indígenas.

Para além do monitoramento realizado pelos indígenas, a CPI-Acre realiza o monitoramento remoto do avanço do desmatamento por meio do Setor de Geoprocessamento – SEGEO, utilizando dados disponibilizados pelas plataformas oficiais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Anualmente o SEGEO acessa o banco de dados do INPE e disponibiliza informações específicas das TIs no Acre, em formato de relatório, para serem discutidas e analisadas junto dos indígenas.

Os dados de monitoramento são repassados à CPI-Acre por meio de comunicação telefônica ou de internet, com a periodicidade de cada 45 dias. Estes dados são armazenados em um base de dados, sistematizados em mapas e relatórios e analisados junto com os indígenas.

Um conjunto de métodos e ferramentas são utilizados no monitoramento da TI Mamoadate, bem como no processamento e armazenamento de dados e são sistematizados no fluxograma abaixo e descritos a seguir.

Figura 4. Fluxograma das etapas do monitoramento que ocorre na TI Mamoadate



Fase 1: Formação em vigilância de monitoramento

Visando superar os desafios modernos relacionados à qualidade de vida das populações indígenas, a CPI-Acre deu início, em 1983, a atividades educacionais junto a professores indígenas. Essas ações são voltadas para a formação básica e profissionalizante de jovens e adultos por meio de um processo de formação continuada nas áreas de educação, saúde, agricultura e meio ambiente.

Em 1996, como resultado da formação dos professores indígenas e dos agentes indígenas de saúde, percebeu-se a necessidade de um novo processo educacional que contemplasse a questão da gestão territorial e ambiental, articulando-a ao tema da segurança alimentar. Surgiu assim a proposta de formação dos agentes agroflorestais indígenas (AAFI), novos atores sociais responsáveis por realizar um trabalho educativo e participativo junto às comunidades indígenas e seu entorno para garantir que a gestão dos territórios proporcione mais qualidade de vida para as populações que neles vivem.

Os AAFIs atuam na implementação e experimentação de tecnologias inovadoras voltadas para a promoção de maiores níveis de segurança alimentar e nutricional, as quais abrangem práticas em sistemas agroflorestais (SAFs), de criação racional de animais domésticos e silvestres, e manejo agroextrativista. Os AAFIs coordenam também as ações de gestão territorial e ambiental nas suas terras indígenas. A experiência do Acre é composta por um conjunto de ações que as comunidades indígenas têm realizado para impedir a invasão de pessoas estranhas e as ameaças a suas terras e a seus recursos naturais. Entre essas ações, pode-se destacar a vigilância comunitária; os diálogos com o entorno e com autoridades locais, estaduais e nacionais; e a ocupação de áreas estratégicas para a proteção dos territórios. Todas essas ações são consideradas de grande importância e necessárias para que os limites das terras indígenas sejam respeitados pelos vizinhos e para que os povos indígenas vivam com segurança, efetivando-se o bom convívio entre índios e não índios, bem como a responsabilidade do Estado brasileiro em proteger as terras indígenas.

Atualmente existem 50 AAFI formados e mais 152 em formação profissionalizante, de 14 povos, em 22 territórios no estado do Acre e sudeste do Amazonas. Na TI Mamoodate, 3 jovens concluíram a formação como AAFI e 13 estão atualmente em processo de formação.

A formação para as ações de monitoramento, uso do *smartphone*, sistematização dos dados, legislação ambiental e conceitos chave é o passo inicial para

as atividades de monitoramento. As primeiras discussões sobre a proteção territorial de Mamoodate inclusive tiveram início na formação de Professores Indígenas e AAFI realizadas pela CPI-Acre, em 2004 e o desenho de um plano de formação dos monitores do projeto Amazônia 2.0 é também foco do segundo produto da presente consultoria.

Fase 2: Planejamento Participativo

A agenda de monitoramento é resultado das oficinas que ocorreram na TI Mamoodate com caráter formativo (fase 1) e para discutir as estratégias de gestão territorial e ambiental, focando nas temáticas “Monitoramento e Vigilância” para a proteção da terra indígena. Professores, agentes agroflorestais, entre outras lideranças que junto a CPI-Acre vem trabalhando nas linhas de formação continuada para o monitoramento. A Agenda de Monitoramento apresenta indicadores e datas para a realização das atividades e tem como perguntas norteadoras os 8 passos apresentados na metodologia:

Os mapas temáticos são instrumentos de monitoramento frequentemente utilizados para atividades e que estão presentes tanto na fase de planejamento das ações, quanto durante as ações realizadas (fase 3), bem como se consolidando como produto final retornando às comunidades com as informações organizadas a fim de apoiar em suas decisões e estratégias (fase 6). A sistematização dos mapas é apoiada pelo SEGEO da CPI-Acre.

Fase 3: Processo de Coleta de Dados

Periodicamente grupos de indígenas realizam excursões nos limites e marcos das TIs para monitoramento. Nesse momento é possível monitorar o território in loco, caminhando pelo próprio território, realizando um monitoramento presencial e visual, podendo ser percebidas invasões nos limites dos territórios, vestígios de índios isolados e outros.

A Terras Indígenas Mamoadate possui *smartphone* com aplicativos para coleta de dados de ameaças – registro de coordenadas, fotos, áudios, que são enviados automaticamente para uma plataforma que hospeda a informação e pode ser acessada de qualquer lugar do mundo (fase 4). Neste momento estão sendo testados os aplicativos GPS Status (coleta de coordenadas geográficas) e o Task Field (coleta de dados), no âmbito de uma parceria entre a CPI-Acre e o WWF-Brasil.

Fase 4: Repasse de informações

Rotineiramente é estabelecido contato entre os representantes da TI e os responsáveis pelo banco de dados da CPI-Acre, para repassar as informações geradas durante o monitoramento, essas são registradas num documento chamado de Memória das Comunicações e em seguida sistematizadas num banco de dados para fins de análises semestrais ou de acordo com a necessidade.

Além disso, os AAFI possuem um diário que é apresentado anualmente pelos AAFIs com todas as informações das atividades que foram desenvolvidas nas TIs. É o documento mais rico em detalhes e que aponta com mais clareza as ameaças que ocorrem no território. Os registros nos diários trazem a compreensão do papel dos AAFI como sujeitos sociais que contribuem com o próprio trabalho na gestão dos territórios. Mostra a incorporação das práticas da agrofloresta nos sistemas de produção tradicional, especificamente nos roçados. Os registros contribuem para o estudo dos aspectos geográficos, resultantes das ações no manejo do ambiente, na transformação do espaço por meio da implementação de modelos de desenvolvimento comunitários, como por exemplo, os SAFs, os quintais agroflorestais e os roçados enriquecidos.

Por último, há ainda os registros já mencionados dos aplicativos dos *smartphones* enviados automaticamente para a plataforma que hospeda a informação e pode ser acessada de qualquer lugar do mundo.

Fase 5: Organização das informações e análise

As informações do monitoramento são repassadas pelos indígenas para o ponto focal da equipe da CPI-Acre, responsável de inserir as informações em uma base de dados. As informações devem ser reportadas preferencialmente a cada 45 dias. Um roteiro de perguntas orientadoras (ver Anexo 1) foi elaborado para

utilização durante as comunicações estabelecidas nesse período, todas as respostas são organizadas na Memória das Comunicações e os dados inseridos na base de dados. A forma de organização dos dados é um passo inicial para otimizar e implementar um banco de dados mais robusto que permitirá análises mais detalhadas sobre a situação das TIs e criar novas informações voltadas às estratégias, decisões e iniciativas indígenas possibilitando qualificar as incidências tanto na escala comunitária quanto para os órgãos públicos competentes.

Os indicadores das ameaças estão organizados em planilhas, reportando informações relacionadas às datas de contato com o ponto focal, nome das aldeias, tipos de pressões identificadas (caçadas, pescas, retirada de madeira, entre outros), meio de reportar a informação (relato por telefone, relatórios, diário de trabalho), assim como a coordenada geográfica da aldeia.

O período para repassar as informações do monitoramento não impede que em qualquer outra comunicação estabelecida as informações sejam repassadas, principalmente se a ameaça exigir uma resposta rápida por parte das instituições competentes. Nesse caso, se for uma situação que necessite de uma denúncia, ela deve ser feita no menor prazo possível.

Adicionalmente, dados de monitoramento remoto são adicionados às informações de campo. Um relatório anual de desmatamento e focos de calor é elaborado pelo Setor de geoprocessamento – SEGEO da CPI-Acre. O SEGEO elabora,

com dados secundários, um relatório reportando o avanço do desmatamento no entorno das TIs nas quais a CPI-Acre atua. São utilizados dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) - PRODES e DETER (plataforma Terra Bracillis) e do Programa Queimadas - para aferir as áreas do entorno das terras indígenas impactadas pelo desmatamento e queimadas. Os dados são tratados com software SIG (ArcGis) com análise espacial e temporal das dinâmicas na perda da cobertura florestal. Com isso são gerados ou atualizados mapas do avanço do desmatamento nas terras indígenas e seus entornos.

Fase 6: Impactos

Ainda com o apoio do Setor de Geoprocessamento da CPI – Acre são elaborados mapas participativos que informam a situação de vulnerabilidade das invasões e ameaças na TI Mamoodate, isso permite que órgãos e outras entidades da sociedade possam direcionar seus esforços para resguardar a integridade dos territórios indígenas, como é o caso da TI Mamoodate, que faz divisão com o Peru, região onde ocorre muita exploração de madeira, rotas de índios isolados e também a presença de narcotraficantes (fase 6).

O SEGEO tem o suporte das imagens de satélite que auxiliam na detecção de possíveis invasões dentro e fora das terras indígenas do estado. Habitualmente os mapas são elaborados em oficinas que possibilitam trabalhar com cartas

imagens, onde os AAFIs inserem as informações sobre o uso da terra, dos recursos naturais da aldeia e as ameaças.

O monitoramento das pressões e ameaças na TI Mamoadate e elaboração de mapas participativos, subsidiam ações de proteção territorial, como articulação política e interinstitucional. Concretamente é possível afirmar que como impacto dessas ações, algumas incidências foram realizadas pelas lideranças indígenas da TI Mamoadate em parceria com a CPI-Acre, junto a órgãos públicos responsáveis. Algumas delas citadas abaixo:

- **2015:** As lideranças Jaminawa e Manxineru da TI Mamoadate entraram com uma representação na 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF), destacando que o ramal do Seringal Petrópolis causará impacto direto as condições de vida de oito das 16 aldeias na TI. No documento, as lideranças solicitaram que o processo de licenciamento ambiental do ramal madeireiro fosse anulado. Na época o MPF se comprometeu em investigar as irregularidades do projeto de construção do ramal, bem como adotar providências junto ao Ministério das Relações Exteriores sobre a construção da estrada Iñapari-Puerto Esperanza, outro projeto de interesse madeireiro e de narcotraficantes nas vizinhanças da TI Mamoadate, contudo em território peruano.
- **2016:** O MPF-AC encaminha para o Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre (IMAC) o “Documento

de Recomendação 12/2016 PR/AC/RGM/5º ofício” no qual “recomenda a suspensão do processo de licenciamento LAU 130-2013 em trâmite perante o IMAC”.

- **2019:** Mais uma carta das lideranças foi encaminhada para a FUNAI, Ministério Público Federal (MPF), Instituto de Meio ambiente do Acre (IMAC), SEMA-AC, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), denunciando a presença de madeireiros no entorno da TI. As lideranças também foram recebidas no MPF para atualizar as informações sobre o processo anterior.
- **Julho 2019:** CR Alto Purus solicita acesso e cópia dos autos do processo Inquérito Civil 1.10.000.000699/2015-09 (arquivado) e Inquérito Civil nº 1.10.000.000092/2018-63 que apura danos efetivos ou potenciais aos povos indígenas Jaminawa e Manxineru causados pela abertura clandestina de estrada para acesso à área particular de Jorginei da Silva Ribeiro (Seringais Senegal e Palmira), incluindo os procedimentos contidos no IMAC em nome de Jorginei da Silva Ribeiro e solicita informações sobre o andamento do Inquérito Policial 1.10.000.000489/2016-93, instaurado para apurar ocorrência de delitos ambientais surgido a partir do auto de infração que foi lavrado pelo ICMBio contra Joreinei da Silva Ribeiro.
- **Outubro 2019:** Foi enviado ofício das

lideranças da TI Mamoodate para a CR Alto Purus/ FUNAI solicitando informações sobre os proprietários das terras denominadas Seringal Palmira, fazenda Petrópolis, fazenda Morungaba e seringal Novo Brasil. Além de informações sobre o desdobramento e resultados da operação da polícia federal e Funai na TI Mamoodate e entorno e por último o andamento da constituição do GT responsável pela delimitação da TI Riozinho do Iaco (antes conhecida como TI Guanabara.

- **Agosto 2020:** MPF-AC encaminha ofício informando o arquivamento do Inquérito Civil nº 1.10.000.000092/2018-63 para apurar danos efetivos ou potenciais aos povos indígenas Jaminawa e Manxineru causados pela abertura clandestina de estrada para acesso a áreas particulares de Jorgenei da Silva Ribeiro (Seringais Senegal e Palmira). E Inquérito Civil n. 1.10.000.000699/2015-09,

já arquivado, que tinha como objeto *“apurar Irregularidades em projeto de construção de ramal, que tem por interessado Jorgenei da Silva Ribeiro, em traçado por propriedade vizinha à Terra Indígena Mamoodate, bem como pelo interior da reserva Extrativista Chico Mendes”*. Para o MPF o arquivamento do presente inquérito civil não impede que com a chegada de novas informações dando conta do irregular andamento dos empreendimentos possa retomar a sua atuação a fim de sanar as irregularidades eventualmente.

- **Setembro 2020:** Em reunião realizada via WhatsApp para discutir a gestão integrada entre TI Mamoodate e Resex Chico Mendes, foi confirmado pelas lideranças presentes, que as pessoas que estavam abrindo campo para criação de gado no entorno da TI Mamoodate foram embora e foram retiradas as máquinas usadas para abrir o ramal.



Estratégia de Monitoramento

"O Plano de Monitoramento é um documento que foi construído para organizar nossas ações de acompanhamento das ameaças à Terra Indígena Mamoadate e seu entorno, pois conhecendo e atualizando as informações sobre as ameaças ao nosso território, podemos protegê-lo melhor.

O monitoramento nos possibilita reconhecer algumas preocupações com nossa terra, como a entrada de madeireiros, abertura de ramais por não indígenas, caça e pesca ilegais, movimentação de narcotraficantes pelas cabeceiras dos igarapés. Nós, povo Manxineru e povo Jaminawa participamos da vigilância de

nossa Terra Indígena, tanto adultos como crianças. Todos estão cientes de seu papel de 'fiscais' do seu próprio território. A vigilância somos nós que fazemos, pois na nossa casa quando cai uma parede temos que ir procurar arrumar.

Os Agentes Agroflorestais Indígenas e as lideranças Manxineru e Jaminawa organizam as equipes que fazem regularmente as atividades de vigilância e monitoramento, realizando registros em relatórios, usando GPS, fotografias, gravações e relatos das pessoas que conhecem as ameaças à nossa terra. Por que realizamos essas atividades? Para que as comunidades tenham esses registros e os órgãos competentes reconheçam essas ameaças e cumpram seu papel. A fiscalização quem deve fazer é o IBA-MA e a Polícia Federal, tem as leis que garantem nossos direitos na Constituição Federal, mencionado no artigo 231. Devemos usufruir de nossa terra, com todos os nossos direitos constitucionais garantidos.

Além dos marcos jurídicos, buscamos assegurar a proteção da TI Mamoadate com a nossa gestão ambiental e territorial, com nossas próprias organizações e com o apoio de parceiros. Contamos com parceria para comunicação no trabalho de vigilância, formação para monitoramento de ameaças, apoio para acesso e uso de equipamentos tecnológicos e para elaboração de instrumentos de monitoramento.

O nosso Plano de Monitoramento reúne informações sobre as ameaças à nossa terra, aos nossos recursos, ao nosso povo Jaminawa e Manxineru, e também aos nossos parentes "desconfiados", conhecidos como isolados, que compartilham de nosso território. Além de identificar as ameaças, em nosso Plano é detalhado como é feito o monitoramento, e uma agenda das atividades, com o objetivo de reunir informações para combater as ameaças e fortalecer a proteção de nossa terra".

Marivaldo Augusto Manxineru, Amauri Humberto Manxineru, Mateus Sebastião Manxineru, Alberico Sebastião Manxineru, Sebastião Jaminawa, Lucas Manxineru – depoimentos durante a II Oficina de Monitoramento e Vigilância da TI Mamoadate, realizada pela CPI-Acre em parceria com a SEMA, em Abril 2016

A partir da revisão, organização e sistematização de informações dos diversos processos realizados na TI Mamoadate, bem como com base nos produtos iniciais gerados pelo projeto, esta seção se propõe a responder às perguntas orientadoras descritas na metodologia. Estas respostas são organizadas nos itens alvos e na agenda de monitoramento a seguir.

Alvos de monitoramento

No processo de construção desse plano de monitoramento foram identificados cinco grupos macro de indicadores, que poderão ser utilizados para orientar a elaboração de relatórios e sua destinação, e podem ser monitorados na TI Mamoadate de acordo com a necessidade. São eles:



População Indígena

Tabela com população indígena das terras indígenas em que a CPI-Acre atua. Fontes secundárias de outras instituições (SESAI, FUNAI, SEMA-Acre) também foram utilizadas para complementar os dados populacionais.



Recursos Naturais

Manejo e uso da terra: as informações se encontram em tabelas de atributos das camadas geográficas mapeadas durante as oficinas de etnomapeamento, compondo um banco de dados geográfico de todas as informações geradas pelo Setor de Geoprocessamento durante as oficinas nas terras indígenas. Muitas dessas informações também se encontram em tabelas dos “Etnolevantamentos”

realizados durante os cursos presenciais e viagens de assessorias e oficinas às terras indígenas, anteriores à integração de geotecnologias e espacialização das informações.



Povos Indígenas Isolados

As informações também estão organizadas em um banco de dados geográficos com atributos (qualitativo) e registros com vestígios de sua presença e avistamentos.



Ameaças e pressões

São informações também georreferenciadas, identificando os tipos e quantidades, origens e níveis (desde simples invasões de caçadores a projetos de governo com empreendimentos de obras como estradas etc).



Gestão Territorial e Ambiental nas terras indígenas

Terras indígenas com Planos de Gestão, implementação, avanços, avaliação e atualização das ações indígenas sobre o território.

As informações geradas nestas ações, têm natureza diversificada quanto às suas características (qualitativa e quantitativa), sendo necessário classificá-las de acordo com aqueles principais elementos ou unidades a compor o monitoramento. Assim, podemos identificar as informações de acordo com:

- Ameaças aos territórios, dinâmicas de fronteira e entorno das terras indígenas.
- Percepções indígenas sobre mudanças do clima e qualidade de vida.
- Desmatamento e uso da terra.
- Povos indígenas em isolamento voluntário – situação e monitoramento.

Dentre as ameaças identificadas, os Manxineru e Jaminawa elegeram as cinco principais ameaças, como alvos de monitoramento: (i) desmatamento e retirada ilegal de madeira, (ii) caçadas do dawa e payri, (iii) pesca do dawa e payri, (iv) abertura da Estrada Iñapari – Puerto Esperanza e seus impactos, (v) invasões, acampamentos ilegais, piques usados por forasteiros e dinâmicas de deslocamento dos índios em isolamento voluntário. A partir daí, foi possível elaborar uma agenda de monitoramento, que organiza as principais ameaças e ações para o monitoramento, a serem fortalecidas e coordenadas pelas comunidades Jaminawa e Manxineru, muitas delas já em andamento.



Principais pressões e ameaças definidas como alvos de monitoramento da TI Mamoadate

As principais pressões e ameaças apontadas pelos Manxineru e Jaminawa da TI Mamoadate foram definidas como alvos de monitoramento e a partir destas foram elaboradas estratégias de ação para proteção

desses povos e da TI Mamoadate. Na tabela abaixo, são apresentados os alvos de monitoramento, os principais locais onde ocorrem essas pressões e ameaças e as estratégias de ação para cada uma delas.

Tabela 2: Alvos de Monitoramento (o que monitorar e estratégia de ação)

Pressão/ Ameaça	Onde ocorre?	O que precisa ser feito / Estratégia
Desmatamento e retirada ilegal de madeira	Próximo à TI Mamoadate	<ul style="list-style-type: none"> As lideranças Manchineri e Jaminawa, vão promover uma reunião com os representantes da associação e famílias para validar o apoio às reivindicações realizadas. Ocupar a área dos igarapés Samarrã e Mamoadate com aldeias Jaminawa; Os Manxineru e Jaminawa colocaram placas informativas nos limites e entorno da TI. Terão apoio da FUNAI, CPI-Acre. Denúncia para o Ministério Público, e apoio da FUNAI e outros órgãos.
Caçadas do <i>dawa</i> e <i>payri</i>	Limite da Terra Indígena Mamoadate	<ul style="list-style-type: none"> Conversar e conscientizar os vizinhos do entorno para fazer o manejo da caça e caçar somente o que for utilizado para o consumo. Diálogo com as pessoas do entorno, com os caçadores. Caso não compreendam, vamos pedir ajuda do IBAMA e ICMBio para nos apoiar em ações de conscientização. Os representantes Jaminawa e Manxineru fizeram o convite para os representantes do Icuriã e da Reserva Chico Mendes para participarem de uma reunião.
Pescaria do <i>dawa</i> e <i>payri</i>	Limite da Terra Indígena Mamoadate	<ul style="list-style-type: none"> Conversar e conscientizar os vizinhos do entorno para fazer o manejo do peixe e respeitar o período de defeso dos peixes e não realizar pesca predatória. Diálogo com as pessoas do entorno, com os pescadores. Caso não compreendam, vamos pedir ajuda do IBAMA e ICMBio para nos apoiar em ações de conscientização. Os representantes Jaminawa e Manxineru fizeram o convite para os representantes do Icuriã e da Reserva Chico Mendes para participarem de uma reunião.
Abertura da Estrada Iñapari/Puerto Esperanza e seus impactos (ameaça potencial)	Nas cabeceiras do Rio Iaco, limites da Terra Indígena com o Peru	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar o avanço dessa estrada através de ações de vigilância e monitoramento do entorno de nossa terra indígena e fazer denúncias de ações de invasão para os órgãos competentes.
Invasões, piques e deslocamento de índios em isolamento voluntário	Igarapé Abismo	<ul style="list-style-type: none"> Parceria com Polícia Federal e FUNAI para prenderem os ilegais e protegerem os povos indígenas em isolamento voluntário.

Agenda de monitoramento da TI Mamoadate

Esta seção apresenta a agenda de monitoramento dos cinco alvos estabelecidos pelos Manxineru e Jaminawa, estes alvos estão organizados em tabelas. Em cada tabela há o detalhamento de informações que correspondem ao planejamento de

monitoramento de cada alvo definido pelos indígenas. Os insumos necessários à execução das atividades de monitoramento podem e devem ser validados junto às instituições parceiras, monitores e AAFIs, quando oportuno.

Tabela 3: Agenda de monitoramento da atividade de caça realizada por não-indígenas

O que monitorar?	Caçadas do <i>dawa</i> e <i>payri</i>
Onde/como?	Início da TI no igarapé Riozinho – Caminhando na floresta, durante atividade de caçada e/ ou expedições de vigilância
Quem participa?	AAFI, monitores, lideranças, caçadores Jaminawa e Manxineru
Quando?	Contínuo
O que é necessário para realizar a atividade?	<ul style="list-style-type: none">● Diário de Trabalho do AAFI e/ou monitor● <i>Smartphone</i> e acesso à internet● EPIs, Insumos e equipamentos necessários à execução da atividade: combustível, barco, motor, rancho, terçado, botas, <i>Smartphone</i>, drones e etc● Formação para as ações de monitoramento, uso do <i>smartphone</i>, sistematização dos dados, assessoria para análise e elaboração dos mapas (CPI-Acre) <p>Se a informação não for registrada no local, quem encontrar a ocorrência, deve comunicar as informações referentes a espécie, quantidade, idade, forma de caçada, sexo (quando possível) e descrição do local, para o AAFI e/ou monitor responsável para realizar o registro em detalhes em seu Diário de Trabalho e/ ou no <i>Smartphone</i></p>
Que tipo de informação seria produzida e qual seria a utilidade?	Mapeamento dos locais de caça ilegal, de entrada de caçadores não-indígenas e da pressão sobre determinados animais de caça; Se as regras do PGTA da TI Mamoadate e os acordos com as comunidades do entorno para o manejo dos animais de caça estão sendo respeitados
Haveria um filtro para divulgar e usar as informações, quais?	Dependendo se os caçadores não-indígenas forem de comunidades do entorno, as informações inicialmente devem ser usadas internamente, entre as lideranças das comunidades indígenas e extrativistas, e parceiros que apoiem a gestão integrada do território. Em caso de reincidência, o IBAMA e IMAC devem receber as informações para providências.

Tabela 4: Agenda de monitoramento da atividade de pesca realizada por não-indígenas

O que monitorar?	Pescaria do <i>dawa</i> e <i>payri</i>
Onde/como?	Boca do rio Iaco/ Sena Madureira – Fazendo acampamentos e de barco
Quem participa?	AAFI, monitores e lideranças Manxineru e Jaminawa
Quando?	Contínuo
O que é necessário para realizar a atividade?	<ul style="list-style-type: none"> ● Diário de Trabalho do AAFI e/ou monitor ● <i>Smartphone</i> e acesso à internet ● EPIs, Insumos e equipamentos necessários à execução da atividade: Combustível, barco, motor, rancho, terçado, botas, <i>Smartphone</i>, drones e etc ● Formação para as ações de monitoramento, uso do <i>smartphone</i>, sistematização dos dados ● Assessoria para organização dos dados, análise das informações e elaboração dos mapas
Que tipo de informação seria produzida e qual seria a utilidade?	Os pontos de pesca ilegais, períodos de defeso das espécies, materiais e instrumentos de pesca considerados predatórios, pessoas e/ ou organizações envolvidas na pesca predatória
Haveria um filtro para divulgar e usar as informações, quais?	Não



Tabela 5: Agenda de monitoramento de desmatamentos e retirada ilegal de madeira

O que monitorar?	Desmatamentos e retirada ilegal de madeira
Onde/como?	Igarapés Samarrã, Mamoadate e Riozinho, Limites da TI Mamoadate com a TI Cabeceira do Rio Acre e seringal Petrópolis, próximo ao igarapé São Lourenço, aldeia Nova Esperança (antiga colocação Fortaleza) / Realizar expedições de vigilância Limites da TI: Bocas dos igarapés Jurimagua e Paulo Ramos (região do marco 8 dos Limites da TI) - Manxineru; Bocas dos Igarapés Mamoadate e Samarrã - Jaminawa./ Monitoramento com drone
Quem participa?	AAFI, monitores e moradores indicados pelas lideranças para integrar a equipe AAFI e técnico de instituição parceira (CPI-Acre e WWF)
Quando?	Periodicamente (janeiro, maio, setembro)
O que é necessário para realizar a atividade?	<ul style="list-style-type: none"> ● Diário de Trabalho do AAFI e/ou monitor ● <i>Smartphone</i> e acesso à internet ● EPIs, Insumos e equipamentos necessários à execução da atividade: Combustível, barco, motor, rancho, terçado, botas, <i>Smartphone</i>, drones e etc ● Formação para as ações de monitoramento, uso do <i>smartphone</i>, sistematização dos dados ● Assessoria para organização dos dados, análise das informações e elaboração dos mapas ● Articulação para participação da FUNAI, para realizar acompanhamento para aplicação da Lei
Que tipo de informação seria produzida e qual seria a utilidade?	Relatórios e mapas com a localização das áreas com desmatamento ilegal, identificação dos ramais por onde escoam essa madeira. Elaboração de denúncia para encaminhar ao MPF e IBAMA
Haveria um filtro para divulgar e usar as informações, quais?	Não



Tabela 6: Agenda de monitoramento de abertura da estrada Inãpari/Puerto Esperanza e seus impactos

O que monitorar?	Abertura da Estrada Inãpari – Puerto Esperanza e seus impactos
Onde/como?	<p>Externo à TI - em locais onde se realizam reuniões de articulação binacional/ Participando de encontros binacionais</p> <p>No município Assis Brasil, usando internet e telefone/ Buscando informações com os parceiros peruanos; Levantando informações com os parentes que vêm do Peru.</p> <p>Rio Branco/ Monitoramento remoto com imagens de satélites.</p>
Quem participa?	<p>Lideranças, professores e AAFIs</p> <p>Lideranças, professores e AAFIs</p> <p>Parceiros: CPI-Acre, SEMA, FUNAI</p>
Quando?	<p>Atividade externa, quando surge convite e oportunidade</p> <p>Periódica, a cada dois meses</p> <p>Semestral</p>
O que é necessário para realizar a atividade?	<ul style="list-style-type: none"> ● Transporte da TI até o município de Assis Brasil ● Apoio para viajar e se hospedar no município onde ocorrerem as reuniões binacionais ● Diário de Trabalho do AAFI e/ou monitor ● <i>Smartphone</i> e acesso à internet ● EPIs, Insumos e equipamentos necessários à execução da atividade: Combustível, barco, motor, rancho, terçado, botas, <i>Smartphone</i>, drones e etc ● Formação para as ações de monitoramento, uso do <i>smartphone</i>, sistematização dos dados ● Parcerias com organizações com atividades de geoprocessamento ● Articulação política
Que tipo de informação seria produzida e qual seria a utilidade?	<p>Áreas desmatadas</p> <p>Possíveis impactos da construção da estrada</p> <p>Se a construção da estrada respeita os direitos indígenas e legislação ambiental</p> <p>A utilidade será subsidiar a formulação de denúncias aos órgãos e instâncias competentes quanto aos impactos e irregularidade da construção</p>
Haveria um filtro para divulgar e usar as informações, quais?	Não

Tabela 7: Agenda de monitoramento de invasões, acampamentos ilegais, piques usados por forasteiros e deslocamentos de índios em isolamento voluntário

O que monitorar?	Invasões, acampamentos ilegais, piques usados por forasteiros e deslocamentos de índios em isolamento voluntário
Onde/como?	Na região do Igarapé Abismo e da aldeia Extrema/ Monitoramento com drone
Quem participa?	AAFI, técnico de instituição parceira (CPI-Acre e WWF) e FUNAI
Quando?	Periodicamente (dezembro, abril, agosto)
O que é necessário para realizar a atividade?	<ul style="list-style-type: none"> ● Diário de Trabalho do AAFI e/ou monitor ● <i>Smartphone</i> e acesso à internet ● Diária para execução da atividade em campo ● EPIs, Insumos e equipamentos necessários à execução da atividade: Combustível, barco, motor, rancho, terçado, botas, <i>Smartphone</i>, drones e etc ● Formação para as ações de monitoramento, uso do <i>smartphone</i>, sistematização dos dados ● Assessoria para organização dos dados, análise das informações e elaboração dos mapas
Que tipo de informação seria produzida e qual seria a utilidade?	<p>Mapa com os locais das invasões por forasteiros para serem utilizados em denúncias à Polícia Federal, MPF, FUNAI</p> <p>Mapa com as dinâmicas de deslocamento de índios em isolamento voluntário para serem usados junto a FUNAI para adotar medidas de proteção aos mesmos</p>
Haveria um filtro para divulgar e usar as informações, quais?	Sim, as informações não devem ser divulgadas antes que haja fiscalização na área e sejam tomadas as providências necessárias pelos órgãos competentes



Conclusões e recomendações

Fortalecer o papel dos povos indígenas e comunidades tradicionais na governança e proteção de seus territórios tem se mostrado uma estratégia eficaz e duradoura para a conservação das florestas.

Um dos grandes ganhos do monitoramento é a comunidade participar efetivamente de todos os passos do monitoramento. Isso quer dizer, desde a identificação das

ameaças, coleta de dados, verificação e tratamento das informações, elaboração de relatórios, comunicação com instituições governamentais e não-governamentais até a promoção da resolução de conflitos. Os indígenas estando envolvidos e tomando decisões coletivas de forma autônoma e com protagonismo é chave para atingir os melhores resultados.

Neste sentido, o processo de construção do presente Plano de Monitoramento Territorial é reflexo da sistematização de um longo trabalho em torno das ações de monitoramento dos povos da Terra Indígena Mamoodate, os quais tiveram início ainda em 2004, com as primeiras oficinas de etnomapeamento. Marco fundamental é também o desenho do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI. É importante frisar, no entanto, que além dos monitores, AAFI, lideranças e comunidades Manchineri e Jaminawa, fizeram também parte dessa história a CPI-Acre, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Políticas Indígenas do Acre (na época ainda apenas Secretaria Estadual de Meio Ambiente) e a Fundação Nacional do Índio.

Em 2019, ocorreu a primeira oficina para o uso de ferramentas tecnológicas tal como celulares smartphone, aplicativos de livre acesso com interface amigável e formulários digitais de interface dinâmica e fácil aplicabilidade para a coleta de diferentes dados e comunicação, realizada pela CPI-Acre em parceria com o WWF-Brasil.

Como forma de potencializar e fortalecer o monitoramento comunitário, foram promovidas propostas de uso de plataformas online e off-line que permitam fazer upload e download de dados para o processamento, análise e visualização de dados e mapas, nas ações de monitoramento da TI Mamoodate. Essa iniciativa foi fortalecida pelo projeto Amazônia 2.0, com novas capacitações, doação de equipamentos e a contratação de uma consultoria focada na construção de um

Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) para o banco de dados de monitoramento e vigilância territorial coletados pelos AAFI e monitores indígenas em Mamoodate e nas outras Terras Indígenas que a CPI-Acre atua.

Ações recentes de modernização da vigilância territorial, aliando conhecimento tradicional e uso de tecnologias, possui um grande potencial para fortalecer o monitoramento. Entre as vantagens do uso de tecnologia está a redução no número de erros no cadastro e economia de tempo no processamento das informações, além da agilidade de comunicação (se conectadas a internet) e facilidade na compilação e análise de dados para o seu uso diverso: seja fornecendo subsídios para a tomada de decisão estratégica de órgãos públicos e doadores, de incidência por partes das organizações indígenas e da sociedade civil, fornecendo aportes para pesquisa, ou outros.

Como etapa final do trabalho em torno do Plano de Mamoodate, a Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco - Manxinerine Ptohi Kajpa Hajene (MAPKAHA)), a Associação Manxinerine Ywptowaka (AMY), a Organização Comunitária Agroextrativista Jaminawa (OCAEJ), a CPI-Acre e o projeto A2.0, organizaram no dia 8 de novembro de 2021 o evento de Apresentação do Plano de Monitoramento Territorial da Terra Indígena Mamoodate. Com o objetivo de apresentar para os órgãos gestores, parceiros e demais interessados, o Plano desenvolvido. Participaram do evento, representantes indígenas da TI Mamoodate, técnicos da SEMAPI-AC, da Coordenação das Organizações Indígenas

da Amazônia Brasileira (COIAB), a coordenação nacional do projeto A2.0 no Brasil, pesquisadores da Universidade Federal do Acre (UFAC) e da Fundação Getulio Vargas (FGV), técnicos da CPI-Acre, representantes da FUNAI por meio da Frente de Proteção Etnoambiental (FPE) Envira, responsável pela coordenação das ações de proteção a povos isolados no estado do Acre e da Coordenação Regional Alto Rio Purus a qual atua no território de abrangência de Mamoadate.

Nesta etapa final do trabalho, foram indicadas recomendações para a implementação do Plano de Mamoadate, sendo elas:

- 1 Os AAFIs e monitores de Mamoadate, assim como suas organizações, são os protagonistas do trabalho de vigilância e proteção territorial e, por isso, devem continuar a ser valorizadas e fortalecidas, para tanto é fundamental dar continuidade as ações de capacitação e formação de monitores e AAFI, bem como prover recursos, equipamentos e infraestrutura para que o trabalho continue.
- 2 No âmbito da capacitação, existe um interesse e demanda crescente de capacitação para o uso de equipamentos tecnológicos, como smartphones, drones e computadores, em especial pelos mais jovens.
- 3 É importante utilizar o monitoramento remoto, a partir de satélites, para orientar o planejamento do monitoramento de base comunitária, organizando as expedições de vigilância

aos locais identificados no monitoramento remoto como áreas de maior pressão, como forma de qualificar as informações *in loco*.

- 4 É importante também intensificar articulação e garantir um fluxo de comunicação entre as instituições parceiras dos indígenas no monitoramento de base comunitária e em outras estratégias de proteção territorial,.
- 5 Da mesma forma, é fundamental uma maior cooperação e diálogo entre os órgão gestores, FUNAI e SEMAPI, e destes com as instituições parceiras. Enfatizando que as ações de fiscalização e comando e controle são responsabilidade do Estado.
- 6 Paralelamente, enfatiza-se a demanda de se estabelecer – instituições parceiras e indígenas - mecanismos e estratégias para transformar as informações coletadas em ação, dar visibilidade a eles e investir em *advocacy* de forma a dar fluxo às informações provenientes do monitoramento e garantir a incidência política necessária.
- 7 Além disso, uma demanda recorrente é que seja investido na instalação de internet como meio de comunicação na terra indígena, uma forma de garantir o andamento das atividades de monitoramento, com menor custo e maior interatividade, e sem que os indígenas precisam se deslocar até o município para manter a comunicação. Além disso, a comunicação por si só, contribui para autonomia das

comunidades, para o maior acesso à informação, e potencializa a proteção territorial e dos indígenas, pois em caso de emergência o acesso à comunicação pode agilizar uma rápida assistência.

Finalmente, as informações constantes neste documento foram compiladas no âmbito das ações de gestão territorial e ambiental da TI Mamoadate e o intuito é que as contribuições aqui apresentadas possam apoiar o processo de revisão dos instrumentos de gestão do território, assim como fortalecer e direcionar o trabalho de monitores, AAFI, lideranças, associações, instituições gestoras e parceiras em torno da proteção deste território.

Referências bibliográficas

Almeida, M. I. de; Ochoa, M. L. P.; Gavazzi, R. A. Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Mamoadate. Rio Branco: CPI-Acre, 2016, 188p.

Almeida, M. I. de; Ochoa, M. L. P. Etnomapeamento Manchineri da Terra Indígena Mamoadate. Rio Branco: CPI-Acre, 2016, 52p.

Bavaresco, A.; Menezes, M. Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas. – Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai,

Bianchini, F.; Bianchini P. C. Os agentes agroflorestais indígenas do Acre. Agriculturas v4, n2, 2007.

CPI-Acre. Relatório da I Oficina de Monitoramento e Vigilância na Terra Indígena Mamoadate. Acre: Rio Branco, 2015, 60 p.

CPI-Acre. Relatório da II Oficina de Monitoramento e Vigilância na Terra Indígena Mamoadate. Acre: Rio Branco, 2015, 48 p.

Gavazzi, R. A. Contribuição dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre para o Equilíbrio do Clima. AMAAIAC, Rio Branco, 2018.

Lopes, L. L. L. Diagnóstico Situacional Local Terras Indígenas Mamoadate, Alto Rio Purus e Parque Estadual Chandless no âmbito do Projeto Amazônia 2.0. Rio Branco UICN, 2019, 62 p.

Pinto, S. do N. Plano Orientador para o Monitoramento Florestal em Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Rio Branco: UICN, 2020, 45 p.

Anexo: Roteiro de perguntas

Para orientar a coleta de dados a cada 45 dias foi elaborado um roteiro de perguntas, conforme mencionado na seção "Organização das informações do monitoramento". As perguntas são todas relacionadas com as ameaças e tem a finalidade de qualificar a informação que chega dos territórios.

Caçada

- Ocorreu invasão pra caçada? Como soube da caçada? (vestígios, acampamentos, rastros etc.)?

Se sim:

- Quantas vezes nos últimos 15 dias (ou número de dias que levou pro contato)?
- Sabe se foi caçada para venda da carne na rua?
- Sabe quais animais foram caçados?
- Sabe quantos animais foram caçados?
- Sabe dizer o local da caçada?
- Sabe dizer o responsável pela caçada?

Pesca

- Ocorreu invasão para pesca? Como soube da pescaria? (vestígios, acampamentos, rastros etc.)?

Se sim:

- Quantas vezes nos últimos 15 dias ou número de dias levou pro contato?
- A invasão foi no rio, lago, Igarapé, açude (reconsiderar a opção se não houver açude nas aldeias)?
- Qual o nome do rio, lago e igarapé?

Se açude:

- Qual o nome da aldeia que o açude está localizado?
- Sabe se a pescaria foi pra venda do peixe na rua?
- Sabe identificar o responsável pela pescaria?

Retirada de madeira

- Ocorreu invasão para retirada de madeira? Como soube da retirada de madeira? (vestígios, acampamentos, rastros etc.)?

Se sim:

- Quantas vezes nos últimos 15 dias ou número de dias levou pro contato?
- Sabe dizer quantas árvores foram derrubadas?
- Sabe dizer o nome da árvore?
- Sabe dizer se foi madeira pra vender na rua?
- Sabe identificar o responsável pela madeira?

Roçado

- Ocorreu alguma invasão dentro da TI para roçado? Como soube do roçado? (vestígios, acampamentos, rastros etc.)?

Se sim:

- Sabe se é gente do entorno ou da rua?
- Sabe o tamanho da área?
- Sabe identificar o invasor?
- Sabe dizer onde é o local da invasão?

Pasto

- Ocorreu alguma invasão dentro da TI para colocar pasto? Como soube do pasto? (vestígios – acampamentos, rastros etc.)?

Se sim:

- Sabe se é gente do entorno ou da rua?
- Sabe o tamanho da área?
- Sabe identificar o invasor?
- Sabe dizer onde é o local da invasão?

Outros ilícitos

- Onde foi (referência/Local)?
- Quando ocorreu? (ou referência próxima de tempo)
- Como ficou sabendo ou quem informou?
- Ocorre com que frequência (1 vez por mês, duas vezes etc.)
- O que encontrou (vestígios, acampamentos, rastros etc.)?

Índios isolados

Avistamento

- Quem avistou?
- Em que situação? (em momentos de caçadas, excursões etc.).
- Onde?
- Quando foi? (referência aproximada de tempo)
- Ocorreu algum tipo de enfrentamento?

Vestígios

- Quem encontrou?
- Em que situação? (em momentos de caçadas, excursões etc.).
- O que foi encontrado? (rastros, malocas, etc.)
- Onde?
- Quando foi? (referência aproximada de tempo)
- Ocorrência de saque?





AMAZÔNIA
2.0 Conectado
por nossas
florestas

Plano de Monitoramento Territorial da Terra Indígena Mamoadate

Novembro de 2020

Financiado por



União Europeia



Parceiros